

Eça de Queirós e a educação: *As Farpas em Uma Campanha Alegre*

Antonio Augusto Nery

Universidade Federal do Paraná, PR
nery@ufpr.br
<https://orcid.org/0000-0001-7561-7804>

Wilian Augusto Inês

Universidade Federal do Paraná, PR
wiliاناugustoinês@gmail.com

A crônica foi um importante meio de crítica e divulgação de ideias no século XIX. Sob os estatutos desse gênero literário Eça de Queirós (1845-1900) e Ramalho Ortigão (1836-1915) produziram os folhetos *As Farpas – crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. Nos dois primeiros anos de circulação da publicação, entre 1871 e 1872, Eça contribuiu com textos que satirizavam diversos aspectos da sociedade portuguesa. Após sua saída para atuar como cônsul em Cuba, Ortigão seguiu com a publicação até 1882, e em 1890 propôs a republicação dos textos de Eça, o que foi aceito pelo autor com a condição de que ele mesmo revisasse seus textos e alterasse o título original da obra. Assim, surgiu *Uma Campanha Alegre* (1890-1891), versão revisada e com partes suprimidas de *As Farpas*. Este artigo analisa a crônica de outubro de 1871, publicada originalmente n' *As Farpas*, e sua versão modificada em *Uma Campanha Alegre*, com foco nas supressões relacionadas à Educação. Busca-se compreender os motivos que levaram Eça a eliminar certos trechos, considerando o contexto sociopolítico e ideológico da época.

Palavras-chave: Eça de Queirós. Crônicas. *As Farpas*. *Uma Campanha Alegre*. Educação.

The chronicle was an important means of criticism and dissemination of ideas in the 19th century. Under the statutes of this literary genre, Eça de Queirós (1845-1900) and Ramalho Ortigão (1836-1915) produced the pamphlets *As Farpas – crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. In the first two years of the publication's circulation, between 1871 and 1872, Eça contributed with texts that satirized various aspects of Portuguese society. After leaving to serve as consul in Cuba, Ortigão continued with the publication until 1882, and in 1890 he proposed the republication of Eça's texts, which was accepted by the author on the condition that he himself revised his texts and changed the original title of the work. Thus, *Uma Campanha Alegre* (1890-1891) was created, a revised version with parts removed from *As Farpas*. This article analyzes the October 1871 chronicle, originally published in *As Farpas*, and its modified version in *Uma Campanha Alegre*, focusing on the suppressions related to Education. It seeks to understand the reasons that led Eça to eliminate certain passages, considering the sociopolitical and ideological context of the time.

Keywords: Eça de Queirós. Chronicles. *As Farpas*. *Uma Campanha Alegre*. Education.

No século XIX, a crônica tornou-se um dos gêneros textuais mais comuns que circulavam nos jornais e revistas. Muitos escritores se serviam dela para expressar suas opiniões e reflexões sobre diversos fatores da sociedade. Eça de Queirós (1845-1900) foi um deles, tendo estreado na produção cronística em 1867, no jornal *Distrito de Évora*, porém seu aperfeiçoamento na escrita desse gênero deu-se entre 1871 e 1872, quando participou da publicação dos folhetos *As Farpas – crônica mensal da política, das letras e dos costumes*, em coautoria com Ramalho Ortigão (1836-1915). Embora os folhetos tenham circulado entre 1871 e 1882, a contribuição de Eça ocorreu somente por dois anos referidos, pois o escritor abandonou a colaboração ao deixar Portugal para se tornar cônsul em Havana, Cuba.

Inspirados na obra *Les Guêpes* (1839-1876), de Alphonse Karr (1808-1890)¹, dedicado a tecer comentários críticos sobre personalidades literárias de Paris, em *As Farpas*, Eça e Ramalho direcionaram críticas a diversos setores da sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que expressaram suas opiniões sobre os comportamentos e atitudes dos indivíduos. De acordo com (Medina 2000: 142-143), as crônicas d'*As Farpas* pretendiam:

[...] sobretudo, criticar os males estruturais de um país e de um sistema, ocupando-se dos homens ou dos atos e instituições que o caracterizam, tão-somente, porém na medida em que tais indivíduos, casos ou sucessos representam de fato esse sistema no que ele tem de defeituoso e vicioso. O programa da revista mensal é simples, ele consiste em combater tudo o que signifique a continuidade da Decadência nacional, a Miséria Portuguesa, entendida esta como o complexo de deficiências estruturais, tanto materiais, como morais, que são responsáveis pelo abaixamento generalizado de Portugal.

Logo na primeira crônica da série, publicada em maio de 1871, os autores apresentam um retrato sombrio da nação, expondo com clareza os sintomas de decadência que, em sua visão, corroíam o tecido social português, como podemos ler no trecho:

O país perde a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade

¹ De acordo com Medina (1984: 364), Jean Baptiste Alphonse Karr foi “um romancista romântico, colaborador do Figaro e panfletário da revista mensal em folhetos publicada a partir de 1839, as *Guêpes*; [...] panfletos escritos e editados entre 1839-1876 pelo jornalista e romancista francês, no qual o crítico tecia ataques satíricos às monarquias pós-Revolução Francesa e às conjunturas político-sociais”.

e na inércia. O Povo está na miséria. Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias aumenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso (Queiroz; Ortigão, 2013: 16).

O teor desse texto inicial expõe o principal intuito dos autores com os folhetos que começavam a publicar e que parece ter permanecido até o fim da circulação deles: mostrar os costumes decadentes e estimular a reflexão dos leitores, possibilitando que todos pudessem enxergar os problemas da sociedade e buscassem evoluir, deixando de tratar com indiferença as questões que contribuíam para o que os autores consideravam degenerar a sociedade portuguesa. Após dois anos publicando crônicas mensalmente, tecendo “uma implacável crítica do mundo constitucional, da sua política, das suas ideias, homens, instituições e prática” (Medina, 2000: 149), Eça torna-se cônsul e é enviado para Havana, em Cuba. Por conta disso, abandona a escrita de textos para os folhetos d’*As Farpas*, que seguem sendo publicados unicamente por Ramalho Ortigão até 1882.

Entre 1890 e 1891, Ramalho Ortigão convidou Eça a reeditar *As Farpas* de sua autoria. O escritor aceita o convite, com a condição de revisar os textos originais. Além disso, atribui ao conjunto dos textos um outro título: *Uma Campanha Alegre*, motivado por uma reflexão, expressa primeiramente em carta a Ramalho, datada de 24 de outubro de 1890, na qual expõe *As Farpas* como “[...] uma coleção de pilhérias envelhecidas que não valem o papel em que estão impressas. Estou hoje tão longe delas e do estado de espírito que as inspirou – que já quase não as compreendo, e, portanto, de modo nenhum as defendo”. (Queirós, 2000: 169). Posteriormente, Eça retoma a reflexão na Advertência que escreve ao novo volume: “Não há aí com efeito senão uma transbordante alegria, empenhada numa campanha intrépida. Todo este livro é um riso que peleja. Que peleja por aquilo que eu supunha a Razão. Que peleja contra aquilo que eu supunha a Tolice.” (Queirós, 1890: 8). As advertências dirigidas aos textos d’*As Farpas* originais com certeza constituem um tipo de justificativa para as diversas alterações que Eça empreendeu na versão preparada para *Uma Campanha Alegre*.

A fim de averiguar as nuances dessas alterações, neste trabalho procuraremos identificar as características das mudanças feitas em uma crônica, publicada no folheto de outubro de 1871, cujo tema principal foi a Educação.

Para além de atender nosso interesse de pesquisa recente, que é a compreensão da forma como Eça de Queirós lida com a Educação em sua obra, esse recorte temático, nesse estudo específico que aqui realizamos, é bastante profícuo para constataremos o teor das mudanças operadas pelo autor nos textos d’*As Farpas*, revisados para *Uma Campanha Alegre*.

Justamente por conta desse recorte, antes de passarmos à análise propriamente dita, cabe averiguarmos o contexto educacional português oitocentista que Eça tinha em vista quando produziu a crônica para *As Farpas*.

A educação em Portugal no século XIX passou por diversas transformações e, conseqüentemente, tornou-se um assunto bastante discutido no setor político e literário, considerando que inúmeros escritores expunham suas preocupações acerca do sistema educativo e da educação popular em suas obras.

No entanto, é importante enfatizar que vários fatores contribuíram para que a Educação em Portugal alcançasse os mais baixos níveis educacionais da Europa – e isso ocorre desde o início do século XIX, levando em conta que, entre 1807 e 1811, as invasões napoleônicas, a ida da Família Real para o Brasil e os diversos movimentos sociais dificultaram ainda mais o aperfeiçoamento da instrução pública portuguesa, tornando-se ainda mais latente com a falta de investimento e a alta taxa de analfabetismo. (Martins, 2004: 10)

Por volta de 1815 surgiram as primeiras escolas com a intenção de diminuir o analfabetismo e impulsionar a cultura no país. Nessa época, o método utilizado pelos professores era o ensino mútuo, que somente foi substituído pelo método simultâneo em 1870.

Devido à grande instabilidade nacional, oriunda do analfabetismo, começaram a surgir diversos projetos de reformas.² Em 1823, Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) apresentou à sociedade portuguesa uma reforma de natureza progressista em que a instrução pública seria obrigatória a todos.³ De acordo com Sousa (2008: 39), o projeto de Mouzinho “visava a criação de Liceus, inspirado nos modelos franceses de educação, algo que serviria como escolas preparatórias aos jovens que estivessem prestes a ingressar no mundo do trabalho, o que hoje chamaríamos de Ensino Técnico ou Profissionalizante”. No entanto, entre 1828 e 1834, no Período Miguelista, houve o encerramento das escolas e perseguição aos professores. Com isso, as ordens religiosas passaram a dedicar-se ao ensino.

Foi apenas com ascensão do liberalismo que o ensino passou a conquistar mais espaço em meio à sociedade. Com a instauração do governo liberal, o retorno das escolas e a liberdade de ensino foram restabelecidos. Entre-

2 Deve-se ressaltar que a instrução pública surge com as reformas pombalinas, mas adquire força com a ascensão do liberalismo. Ver: Torgal; Vargues (1997).

3 Conforme (Barreto, 1995: 164) “A escolaridade obrigatória é uma das traves-mestras do estabelecimento do sistema de instrução pública. Entra em choque com as tradições aristocráticas de educação, mas também com a educação religiosa, ou antes, com a educação ministrada por religiosos e por entidades religiosas.”

tanto, havia muito o que ser feito, pois a organização escolar era extremamente deficiente. Em 1835, foi proposto por Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858) o Regulamento Geral de Instrução Primária, que tinha como princípios a descentralização e a liberdade de ensino.⁴

Por volta de 1870, a instrução pública passou por transformações significativas, conforme Ernesto Candeias Martins enfatiza no texto intitulado “Historiografia educativa do sistema escolar em Portugal”:

Em 1870, foi criado o Ministério da Instrução, implantado por D. António da Costa, que propôs muitas ideias reformadoras desde o ensino primário até o Ensino superior. Deve-se ressaltar que a segunda metade do século XIX foi marcado por inúmeras tentativas de reforma no sistema educacional português, como a reforma de 1878 elaborada por Rodrigues Sampaio na qual “retomou muitas das ideias anteriores que ficaram apenas em projetos descentralizando o sistema educativo. Promoveu-se o aumento de escolas primárias, melhorou-se o vencimento dos docentes, criaram-se as escolas normais (Lisboa, Porto e Évora), abriram-se cursos temporários dominicais e nocturnos para combater o analfabetismo estabeleceram-se comissões de beneficência e ensino para subsidiar as crianças pobres em idade escolar, implementou-se a inspecção técnica, dinamizaram-se as conferências pedagógicas obrigatórias para os professores primários, a liberdade de ensino, a incumbência de pagamento dos vencimentos aos professores por parte das câmaras, etc.” (Martins, 2004: 13).

Além disso, o projeto visava dividir a educação pública em elementar e complementar, não permitindo a coeducação.⁵ No entanto, as metodologias utilizadas não eram modernas, o que tornava o ensino público português ainda insatisfatório e com baixos níveis de aprendizado.

Em 1878, ocorre uma nova reforma, dessa vez proposta por António Rodrigues Sampaio (1806-1882), que evidencia ainda mais o caráter descentralizador do ensino público. Nesse sentido, “as escolas públicas são colocadas na dependência das câmaras municipais que suportavam os encargos do

4 Segundo (Barreto, 1995: 160): “A centralização consiste no estabelecimento de uma autoridade global em princípio governamental ou estatal, que regule e presida as atividades de todas as unidades do sistema integrado”. Dessa maneira, constata-se que “Excluindo os brevíssimos episódios descentralizadores como os de Rodrigo da Fonseca ou Rodrigues Sampaio, as reformas do século XIX consagram a visão centralizada e unificada da instrução. (Barreto, 1995: 161)

5 “De 1850-1870 começa a acontecer a modificar a condição das mulheres portuguesas, apresentando-se algumas possibilidades de intervenção social. Foi a partir da Reforma de 1878 que se deu a implantação e expansão do ensino primário em Portugal, com o objetivo expresso de levar o benefício da instrução a todos, contribuindo para uma boa organização social, ao mesmo tempo que respondia à necessidade econômica capitalista em fluxo e, preparando para o mercado de trabalho industrial que se aquecia. A escola de massa, como ficou conhecida, empreendeu uma secularização trazida pelo liberalismo. O ensino laico começou tímida e desorganizadamente a apontar em alguns setores da sociedade portuguesa, integrando maçons, anarquistas, operários, socialistas. O espírito do liberalismo da segunda metade do século XIX trouxe algumas mudanças significativas, como a instalação de escolas seculares para meninos e meninas” (Almeida; Boschetti, 2018: 158).

seu funcionamento, incluindo os vencimentos dos professores” (Alves, 2001: 57). Vale ressaltar que:

Nos inícios da década de 70, a descentralização não era já uma utopia – como os exemplos dos Estados Unidos e da Suíça o atestam –, pelo que a instrução tinha que acompanhar a pluralidade social, alargando-se e assumindo as especificidades da realidade nacional. Uma reforma da instrução, de modo a que os seus efeitos se manifestem numa boa administração pública, deve, acima de tudo pela sua secularização para que a igualdade social e política conduza não apenas à abolição do conceito de classe, mas também assegure, dentro da tradição *res publicana*, a formação do cidadão. A Administração, que trabalha para que a heterogeneidade dos contextos sociais se interligue e que tem em vista a cidadania, morigerando os costumes, pressupunha a educação (Bernardes, 2012: 54).

Entretanto, a reforma de José Dias Ferreira (1837-1907) buscou a centralização do ensino e a redução de despesas relacionadas à instrução. Diante disso, o Estado passou a administrar as escolas com a intenção de organizar as instituições de ensino. Em 1894, João Franco manteve a centralização e não apresentou nenhuma proposta inovadora.⁶

Percebe-se que, com a ascensão do liberalismo em Portugal, o ensino começou a passar por pequenas transformações, e a educação a ter um certo protagonismo entre os intelectuais da época. Muitos deles desenvolveram propostas voltadas ao aperfeiçoamento da instrução pública, com o intuito de melhorar a vida da sociedade portuguesa, tanto no âmbito econômico quanto no cultural.

Alexandre Herculano (1810-1877), Almeida Garrett (1799-1854), António Feliciano de Castilho (1800-1875), Adolfo Coelho (1847-1919), entre outros, abordavam as questões educacionais e desenvolveram propostas de ensino que poderiam melhorar o sistema educacional português. Muitos deles tinham a educação francesa, inglesa e alemã como exemplo. Na obra *Da Educação* (1829), Almeida Garrett evidencia a importância de adaptar as experiências pedagógicas estrangeiras ao contexto português, a fim de promover uma aprendizagem efetiva.

Na segunda metade do século XIX, diversos intelectuais que fizeram parte da denominada Geração de 70, impulsionadora da estética Realista em Portugal, também não se fortunaram em opinar sobre a questão, sobretudo no que se refere à educação feminina.

Antero de Quental (1842-1891) foi um desses pensadores. Ele enfatizava a importância da educação feminina, como podemos constatar em seu

6 Ver: RAMOS, Rui (2001). “João Franco: uma educação liberal (1884-1897)”. *Análise Social* v.30. n. 161: 735-766. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/issue/view/1755>

pequeno artigo intitulado “Educação das Mulheres”, publicado na *Revista Prelúdios Literários*, em 1859, no qual o poeta defende a “necessidade da educação intelectual e maximamente, moral da mulher” (Quental, 1982: 7):

A educação, no sentir dum grande homem, não deve começar nem pelo clero, nem pelo povo, nem pelas escolas, nem pelos mestres, mas pelos mestres e educadores naturais – pelas mulheres, com as mulheres e só pelas mulheres; pelas mães, pelas filhas, pelas amantes, pelas esposas: e esse, bem que lhe fizermos – ficai certos – que todo sobre nós, e com usura, reverterá.

Outro escritor da plêiade de 70, que se destacou como grande crítico do sistema educacional português, foi Ramalho Ortigão, que em sua obra *Notas de Viagem* (1879), desenvolveu três capítulos sobre a questão educacional portuguesa e demonstrou grande admiração pelo pedagogo alemão Friedrich Froebel (1782-1852)⁷, comparando as crianças e a educação de Portugal com as da Alemanha, conforme vemos no trecho:

N’aquela idade, os nossos filhos são vândalos, são iconoclastas, são demolidores, são petroleiros, os filhos d’essa carinhosa mãe, que se chamou o pedagogo Froebel, são artistas, são pensadores, são obreiros, são valiosos contribuintes do progresso e da civilização humana (Ortigão, 1879: 93-94).

Ortigão também opinou sobre o assunto em suas Farpas, tal qual Eça de Queirós, seu companheiro nas escritas dos folhetos, ao longo de sua participação como co-autor, entre 1871 e 1872. Na verdade, nas produções de Eça, como um todo, a menção é recorrente, como exemplo lembramos as reflexões sobre o assunto feitas pelos narradores de *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870), *O crime do Padre Amaro* (1880), e *O Primo Basílio* (1878).

Com relação especificamente a *As farpas* redigidas por Eça entre 1871 e 1872, é possível perceber diversas críticas ao sistema educacional português, bem como aos comportamentos e costumes, tanto religiosos quanto familiares. Entretanto, há crônicas que possuem críticas de maneira mais explícita e detalhada.

A primeira crônica, publicada em maio de 1871, evidencia os defeitos da educação primária das crianças, enfatizando que estas recebiam uma formação religiosa precária e não entendiam absolutamente nada sobre as orações. Eça acreditava que a religião tirava a liberdade e deteriorava a criticidade dos

⁷ Friedrich Froebel foi um educador alemão que defendia uma educação por estágios e considerava a infância como uma fase importante para a formação do indivíduo. Além disso, foi o criador dos jardins de infância para crianças menores de 8 anos. Uma de suas principais obras sobre educação foi publicada em 1826, intitulada *A educação do homem*.

indivíduos. Essa visão teria origem, segundo ele, na transformação do Catolicismo após o Concílio de Trento (1545-1563), conforme podemos verificar no trecho:

[...] a religião voa das consciências para pender em garridos bambolins nas exterioridades do culto; a voz íntima do dever emudece, o sentimento augusto da liberdade abastarda-se ou apaga-se, e o povo, lentamente, mas profundamente corrompido, amolenta-se, espapa-se e converte-se num abismo [...] (Queiroz; Ortigão, 2013: 51).⁸

Além disso, Eça defendia que o Catolicismo prezava pela memorização da doutrina por meio do catecismo. Contudo, isso não acontecia, pois os indivíduos não seguiam os preceitos católicos à risca, justamente pela falta de compreensão dos mandamentos e da doutrina católica, de acordo com o trecho de uma crônica publicada em março de 1872, em que Eça cita:

Ora a criança que recita maquinalmente, à flor dos lábios, sem intenção, o catecismo – não o percebeu: expõe-se lhe a vontade de Deus: sem lha explicar, fazendo-lhe apenas aprender de cor, de modo que as palavras que profere não liga ideia que o prenda. Assim desde que a criança tem de cor o catecismo supõe-se que ela sabe e possui a religião: mas, se chegando com essa educação aos quinze anos, lhe perguntarem – qual é o seu dever como esposa cristã? Qual é o seu dever de cristã como mãe? – Ficarà extremamente embaraçada, como diante de interrogações misteriosas – Não sabe (Queiroz; Ortigão, 2013: 420).

Percebe-se que o escritor tinha um olhar atento aos costumes religiosos e como eles interferiam na educação formal. Na crônica de outubro de 1871, a que nos interessa especificamente neste trabalho, Eça inicia o opúsculo discutindo a educação familiar e os liceus⁹; no entanto, é possível perceber que, em *Uma Campanha Alegre*, o farpista suprimiu os trechos da crônica que debatiam sobre tal assunto. Na versão de 1890-1891, os trechos que abordam a educação familiar deveriam estar presentes no primeiro volume, mas não estão na nova edição.

Nota-se a insatisfação em relação à primeira educação recebida pelas crianças portuguesas, transmitida por suas mães, amas e criadas. Para os autores, as crianças passam a temer a Deus desde muito pequenos, pensando

8 Utilizamos a 4.^a edição dos textos d'*As Farpas* originais (2013) sob coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica e notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho.

9 De acordo com (Fernandes 2004: 22), os liceus foram criados em 1836 e “queria-se que os liceus oferecessem um conjunto de condições de trabalho pedagógico que entroncavam no discurso oitocentista referente à reforma dos colégios. Assim, os liceus, que se planeava colocar em ‘edifícios públicos’, bem situados e saudáveis disporiam de bibliotecas destinadas a professores e alunos, de um jardim experimental destinado às aplicações da Botânica, de um laboratório químico, e de um gabinete dividido em três secções: aplicações da Física e da Mecânica, da Zoologia e da Mineralogia”.

que “os desastres e os aleijões são castigos dados pelo Jesus; que trovoadas são o Jesus que ralha com a gente” (Queiróz; Ortigão, 2013: 205). Em outros termos, a religião era algo extremamente importante para os portugueses e estava incorporada na educação dos pequenos, conforme lemos no trecho:

A única instrução séria que se lhes deu na primeira infância foi o Catecismo. O Padre Nosso caiu-lhes na memória como a toada sonolenta e monótona de uma melopeia maquinal, de cuja intenção e de cujo sentido – mesmo literal – eles não têm a mínima ideia. Outro tanto lhes sucede com os mandamentos da lei de Deus e com os pecados mortais. Nada mais edificante do que a falsa educação religiosa que nós cuidamos de dar aos nossos filhos, do que ouvirmos suas respostas quando lhes perguntamos o que entendem por esta palavra que os obrigamos a repetir duas ou três vezes por dia – *Luxúria* – Ou a sua interpretação para esta frase que igualmente nos esforçamos por lhes fazer decorar: *Não invejar a mulher do teu próximo!* Uma pequenina nossa amiga entende que a *luxúria* é o pecado do demasiado luxo, e que guardar *castidade* consiste em não murmurar contra os *castigos* (Queiróz; Ortigão 2013: 205).

Vale ressaltar que, n’*As Farpas*, Eça menciona a infraestrutura dos colégios portugueses, evidenciando a falta de investimento do governo na educação e na instrução pública, como exemplificado neste excerto:

O colégio é uma casa triste, sombria, impregnada daquele cheiro abafante que deixa no ar a aglomeração de crianças. O colégio tem um guarda-portão de aspecto duro, homem habituado a pagar-se nas lágrimas dos colegiais pequenos das diabruras que os grandes lhe fazem. As paredes têm riscos e letras a lápis; no chão escuro há bocados de papéis rasgados; a disposição das camas, o aspeto seco dos prefeitos, as maneiras dos criados dão aos dormitórios um ar de hospital. As aulas, sujas pela lama que trazem as botas dos externos, os bancos lustrados pelo uso, as carteiras de pinho pintadas de preto, os transparentes das janelas manchados pela chuva, a lousa negra polvilhada de giz a um canto da casa, o rodapé da banca do professor de baeta lacrimejava de tinta, infundem uma tristeza lúgubre. Tudo quanto pode converter o trabalho num objeto de repulsão e de horror acha-se felizmente reunido na maior parte dos colégios portugueses (Queiróz; Ortigão, 2013: 206).

Eça descreve minuciosamente os detalhes dos colégios portugueses, expondo como era o ambiente escolar naquele período. Além disso, discorre sobre a competência dos professores e enaltece que as mulheres tinham mais aptidão para exercerem a docência, ao passo que eram excluídas dos colégios destinados aos alunos do sexo masculino. Dessa forma, o ensino era exercido por professores com pouca competência – conforme Eça destaca no trecho: “O ensino é ordinariamente feito por sábios de pouco preço, para os quais os âmbitos da ciência bem como os da sociedade são igualmente cheios das trevas mais augustas e mais impenetráveis” (Queiróz; Ortigão, 2013: 206).

É interessante analisar como o escritor tecia críticas aos métodos utilizados pelos professores, os quais tinham como única preocupação a aprovação de seus alunos no Liceu Nacional e utilizavam “todos os meios, exceto talvez um único, – que é o de lhes ensinar o objeto sobre que tem de versar o exame” (Queiróz; Ortigão, 2013: 206).

Além disso, Eça evidencia o hábito dos jovens descrerem dos estudos e do trabalho, pois contavam com o “êxito da falseação das provas, com a mercancia da justiça e com a onnipotência do compadrio” (Queiróz; Ortigão, 2013: 207) tornando a aprendizagem algo inútil, considerando que tinham o conhecimento de que poderiam ser aprovados mesmo sem terem aprendido o básico. Entretanto, Eça discorre sobre a maneira como os pais recebem seus filhos, após a aprovação no Liceu, evidenciando a decadência da educação em Portugal, conforme podemos ler no trecho:

Os pais, quites com suas consciências dos encargos da educação que devem a seus filhos pelo facto de haverem delegado noutros esses encargos, contentam-se em participar aos parentes que o menino continua a ser aprovado nos seus exames, até que, aos dezasseis ou dezassete, o colégio devolve à família plenamente aprovado em todos os seus estudos o menino que a família lhe confiara, e o pai encontra-se então, frente a frente, no seu campo, na sua loja, na sua oficina ou no seu lar doméstico, com um mancebo aproximadamente inútil para toda espécie de emprego. Todas as faculdades desse pequeno homem, em que a barba principia a repontar com as paixões ardentes da puberdade, estão inertes, enervadas ou corrompidas. Enquanto à educação do espírito sabe pouco e mal o que lhe ensinaram, não sabe quase nada o que devia saber (Queiróz; Ortigão, 2013: 207-208).

Em outras palavras, os pais percebiam que os seus filhos não estavam aptos para viver a vida, poderiam ter aprendido a ler, escrever, mas não estão habituados “à fadiga das marchas, não sabe defender-se se o esbofetearem, não sabe nadar, desconhece os princípios mais rudimentares da higiene” (Queiróz; Ortigão, 2013: 208).

Conforme discutido anteriormente, Portugal passou por diferentes reformas educacionais e, na crônica em questão, Eça menciona sobre a descentralização da administração pública e como os partidos políticos mais avançados defendiam essa ideia com o intuito de melhorar o sistema educacional, conforme podemos ver no trecho:

Os partidos avançados o que querem? Novas liberdades em uma carta da reforma e máxima descentralização nos diferentes ramos da administração pública. Ora enquanto à liberdade está-se provando em cada dia que nem da que possuímos temos aprendido a usar. Enquanto à descentralização a civilização portuguesa pararia no dia em que a votassem. Quereis uma prova? Há distritos em que o número das escolas tem duplicado nos últimos anos; pois bem: o número dos alunos é igual ao do tempo em que as escolas eram de metade! (Queiróz; Ortigão, 2013: 209).

Segundo Inês (2022: 47), na dissertação de mestrado intitulada *Eça de Queirós e a educação religiosa: As Farpas em O Crime do Padre Amaro*,

É possível perceber que para Eça o Estado deixava a educação portuguesa deplorável, sobretudo por conta da indiferença dos políticos, que eram responsáveis não somente pela construção de escolas em Portugal, mas também por gerir o sistema educacional, porém os políticos não cumpriam o que lhes era designado.

Com a constatação da indiferença do governo com o ensino, o escritor defende a ideia de que as crianças deveriam ser educadas pelos pais. Conforme podemos ler no trecho:

Querido leitor! O modo mais eficaz de seres útil à tua pátria é educares o teu filho. Consagra-te a ele. A educação pública é uma burla atrozmente vergonhosa. Não entregues a criança que o destino te confiou. Educa-o tu. Se não souberes mais, procura pelo menos torná-lo forte, ensina-lhe a ler e escrever, dá-lhe um ofício e fá-lo um homem de bem; ele de si mesmo se fará um sábio, se tiver de o ser. A ignorância tem isso de bom: que se desfaz aprendendo. A falsa instrução tem esta perfídia: não dá o ensino e inibe de o tomar (Queiróz; Ortigão, 2013: 210).

Para finalizar a crônica sobre a educação dos liceus e dos jovens, Eça traz uma pequena reflexão sobre os livros que foram aprovados pela junta consultiva de instrução pública para uso nas escolas primárias e tece elogios a João José Lopes, professor que escreveu um projeto de reforma da instrução pública. Eça o encoraja:

Enquanto a ti, João José Lopes, prossegue! *As Farpas* simpatizam com teu género. Quem descobre como tu um meio tão simples de dizer com brevidade o número das coisas que existem qual é o de as contar, um homem que acha isto, não pode deixar de ser um cavalheiro. Vemos amigo, que tens outras obras publicadas e que novos livros preparas para dar à estampa. Parabéns, e avante! (Queiróz; Ortigão, 2013: 213).

Haja vista as observações realizadas no decorrer deste estudo, pode-se dizer que Eça suprimiu grande parte das crônicas que tratavam da temática educacional, especialmente no que diz respeito à educação formal, como as dificuldades enfrentadas pelas escolas, a infraestrutura precária, o salário baixo dos professores, a alta taxa de analfabetos, entre outros aspectos. Por outro lado, o escritor manteve as críticas voltadas à educação religiosa, sobretudo à memorização mecânica dos dogmas por parte dos jovens, à falta de compreensão do verdadeiro valor espiritual, bem como às observações sobre o comportamento das adolescentes em relação à moda.

Percebe-se que muitas das críticas direcionadas aos setores sob responsabilidade do governo foram editadas ou até mesmo suprimidas na versão de

1890-1891, talvez porque o agora cônsul fazia parte da equipe diplomática de Portugal e não gostaria de se indispor com o governo que representava, adotando, portanto, uma postura mais cautelosa quanto à possível repercussão negativa de sua obra.

Uma outra hipótese é que o contexto político mais conservador vivido por Portugal na década de 1870, no qual as críticas ao sistema educacional, às instituições, aos valores e aos costumes poderiam gerar uma ameaça à condição da elite tradicional. Em 1890-1891, o cenário educacional havia mudado, se comparado a vinte anos antes, pois as reformas progressistas estavam mais consolidadas e críticas dirigidas aos liceus e à família talvez já não fossem tão relevantes.

Por fim, aventamos a possibilidade de Eça ter em vista a própria finalidade dos textos, ou seja, os folhetos d' *As Farpas* eram crônicas satíricas e combativas, escritas com um teor de crítica social imediata, já *Uma Campanha Alegre* poderia se constituir uma seleção mais literária, voltada para uma crítica mais geral e menos panfletária. Essa mudança de tom e propósito da obra pode ter sido uma tentativa de dar aos opúsculos um tom mais duradouro e menos vinculado a polêmicas passageiras.

Independente de termos várias hipóteses para as alterações, sem nenhuma comprovação definitiva para explicar verdadeiramente a decisão do escritor, concluímos este estudo preliminar propondo que as crônicas d' *As Farpas* e de *Uma Campanha Alegre* são textos muito importantes não somente para compreendermos o “Eça jornalista”, em diferentes contextos de produção, mas também o “Eça ficcionista”, uma vez que as técnicas de escrita e diversas temáticas abordadas nesses textos estão espreiadas em sua produção ficcional.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares; BOSCHETTI, Vania Regina (2018). “A educação feminina e propostas coeducativas (séculos XIX/XX): A Igreja Católica como mediadora educacional”. *Revista História de lá Educación Latino-americana* 20.31:143-163 DOI: 10.19053/01227238.8700 [23 de novembro de 2024].
- ALVES, Luís Alberto Marques (2001). “O ensino na segunda metade do século XIX”. *Revista da Faculdade de Letras* 2: 53-92. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2309.pdf>. [23 de nov. de 2024].
- BARRETO, Antonio (1995). “Centralização e descentralização no sistema educativo”. *Análise Social* 30. 130: 159-173. <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/40191> [30 de abril de 2025].

- BERNARDES, Joana Duarte (2012). *Eça de Queirós: Riso, Memória, morte*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, Rogério (2004). “Roturas e permanências da educação portuguesa no século 19”. *Revista História da Educação* 8. 15: 7-27. <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30278>. [23 de janeiro de 2025].
- FILHO, Luís Viana (1984). *A vida de Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- INÊS, Wilian Augusto (2022). *Eça de Queirós e a educação religiosa: As Farpas em O Crime do Padre Amaro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPR_24199682a45259737d1fac01ac30b043 [15 de junho de 2025].
- MARTINS, Ernesto (2004). “A historiografia educativa do sistema escolar em Portugal.” In *Seminário do Curso de Doutoramento da Facultat d’Educació – Universitat de les Illes Balears*, Palma de Mallorca. *Anais*, 1–48. Castelo Branco: IPCB-ESE.
- MATOS, Sérgio Campos (1997). “Política de educação e instrução popular no Portugal oitocentista”. *Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* 2: 85-107. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/40176> [12 de dezembro de 2024].
- MEDINA, João (1984). *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- MEDINA, João (2000). *Eça de Queirós antibrasileiro?* Bauru: Edusc.
- ORTIGÃO, Ramalho (1879). *Notas de Viagem*. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta.
- QUEIROS, Eça de (1890). *Uma Campanha Alegre*. Lisboa: Typografia da Companhia Nacional Editora. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518768>. [23 de janeiro de 2025].
- QUEIROZ, Eça de. (2000). *Obra Completa* IV. [Organização de Beatriz Berrini]. Editora Nova Aguilar.
- QUEIROZ, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho (2013). *As Farpas – crónica mensal da política, das letras e dos costumes*. Coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica; notas, tabela onomástica e glossário por Maria José Marinho. 4. ed. Cascais: Príncipe.
- QUENTAL, Antero de (1982). “Educação das Mulheres.” *Prosas da Época de Coimbra*. Ed. Antonio Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. 3-7.
- RAMOS, Rui (2001). “João Franco: uma educação liberal (1884-1897)”. *Análise Social* 30. 161: 735-766. <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/issue/view/1755> [25 de abril de 2025].
- SILVA, Carlos Manique da (2005). “A ideia de ‘casa de escola’ no século XIX português.” *Revista da Faculdade de Letras – História* 6.3: 291–312. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3795/3549>. [24 de janeiro de 2025].
- SOUZA, Marcio Jean Fialho de (2008). *A Postura de Eça de Queirós à luz dos Debates Educacionais em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. <https://>

teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-04022009-164221/pt-br.php [15 de junho de 2025].

TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre (1997). “O liberalismo e a instrução pública em Portugal.” *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800–1975): Actas del II Encuentro Ibérico de História de la Educación (Zamora, 7–10 de Junio de 1995), patrocinado por la fundación hispano-portuguesa ‘Rei Afonso Henriques’*. Eds. Agustín Escolano Benito e Rogério Fernandes. Zamora: Sociedad Española de Historia de la Educación. 69–98. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15150.pdf> [05 de fevereiro de 2025].